

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA PREAMBULAR OBJETIVA --

Questão 1

Acerca da intervenção nos entes federativos, assinale a opção correta.

- Ⓐ O decreto de intervenção especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução, com a nomeação de um interventor militar escolhido pelas Forças Armadas.
- Ⓑ A intervenção federal nos estados e no Distrito Federal não poderá ser decretada sem a oitiva prévia dos Conselhos da República e de Defesa Nacional.
- Ⓒ A decretação de intervenção federal nos estados fica condicionada à requisição do Supremo Tribunal Federal (STF) em caso de desobediência a ordem ou decisão judicial da justiça do trabalho, mesmo quando fundada em direito infraconstitucional.
- Ⓓ O rol das hipóteses de intervenção federal e estadual previsto na Constituição Federal de 1988 (CF) é meramente exemplificativo.
- Ⓔ A publicação do decreto de intervenção federal enseja o automático afastamento do governador do estado objeto da intervenção.

Questão 2

A respeito da competência dos entes federativos, assinale a opção correta.

- Ⓐ É constitucional lei estadual que proíba a apreensão e remoção de veículos por falta de pagamento de tributos.
- Ⓑ É constitucional norma federal que conceda anistia a policiais e bombeiros militares estaduais por infrações disciplinares decorrentes da participação em movimentos reivindicatórios por melhorias de vencimentos e de condições de trabalho.
- Ⓒ É constitucional lei municipal que obrigue a substituição de sacos e sacolas de plástico por sacos e sacolas biodegradáveis.
- Ⓓ É inconstitucional norma estadual que, a pretexto de proteger a saúde pública, obrigue as prestadoras de serviços de telefonia celular e de Internet a inserirem, nas faturas de consumo, mensagem incentivadora à doação de sangue.
- Ⓔ É constitucional lei estadual que regule a atividade de despachante perante os órgãos da administração pública estadual, estabelecendo requisitos para o exercício dessa profissão.

Questão 3

No que concerne à comissão parlamentar de inquérito (CPI), assinale a opção correta.

- Ⓐ Dentro do seu poder geral de cautela, a CPI pode decretar a indisponibilidade dos bens de investigados.
- Ⓑ É possível a convocação, por CPI, de governadores dos estados membros da Federação, com vistas à apuração de desvio de dinheiro público de origem federal.
- Ⓒ A CPI pode determinar interceptação telefônica de investigados caso presentes os requisitos previstos na legislação de regência.
- Ⓓ Mediante juízo discricionário, cabe ao presidente do Senado autorizar a instauração de CPI, após o requerimento de um terço dos senadores.
- Ⓔ A convocação, por CPI, de indígena na condição de testemunha para prestar depoimento fora de seu *habitat* viola as normas constitucionais que conferem proteção específica aos povos indígenas.

Questão 4

No que se refere ao conceito de constituição, assinale a opção correta.

- Ⓐ A constituição dúctil é definida como um processo de integração, em permanente desenvolvimento, que, realizado de acordo com a dinâmica social, envolve fatores espirituais, sociais, individuais e coletivos.
- Ⓑ A constituição ubíqua é aquela que reproduz fielmente a soma dos fatores reais de poder que coexistem em uma sociedade.
- Ⓒ A constituição em branco é aquela que consagra limitações explícitas ao poder de reforma constitucional.
- Ⓓ A constituição suave é aquela que não contém exageros, não consagrando, ao exprimir o pluralismo social, preceitos que não possam ser vividos na prática.
- Ⓔ Denomina-se chapa-branca a constituição que se limita a garantir os direitos sociais, rompendo com a visão estatal-patrimonialista.

Questão 5

A respeito dos direitos sociais previstos na CF e à luz da jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- Ⓐ O acesso à água potável em quantidade adequada para possibilitar meios de vida, bem-estar e desenvolvimento socioeconômico é direito social positivado na CF desde 2015, por meio de emenda constitucional.
- Ⓑ A emenda constitucional que ampliou a proibição do trabalho infantil ao elevar de 14 para 16 anos a idade mínima permitida para o trabalho é inconstitucional, pois ofende direitos fundamentais do adolescente amparados por normas constitucionais resguardadas por cláusulas pétreas, a exemplo do direito básico ao trabalho.
- Ⓒ Em razão do princípio da reserva do possível, o Poder Judiciário não pode, por exemplo, ordenar aos governos municipais a edificação de creches e pré-escolas.
- Ⓓ Ações que demandem fornecimento de medicamentos sem registro na ANVISA deverão necessariamente ser propostas em face da União.
- Ⓔ Devido ao princípio da universalidade, a falta de capacidade financeira para cobrir o custo de medicamento prescrito não é considerada pela jurisprudência como requisito para obrigar os entes federativos a conceder fármacos que não estejam incorporados à lista do Sistema Único de Saúde (SUS).

Questão 6

Túlio, servidor público estadual, tornou-se pai de uma criança gerada por meio de fertilização *in vitro* e barriga solidária. A criança tem apenas Túlio como pai e não há presença materna na família. Após o nascimento da criança, Túlio solicitou licença-maternidade de 180 dias e o pagamento de salário-maternidade, alegando que, como a criança não tem mãe, somente pai, ele teria direito ao mesmo período de licença concedido à mãe pela legislação estadual. A administração pública lhe negou o pedido, concedendo a Túlio apenas licença-paternidade, com duração de 20 dias.

Nessa situação hipotética, Túlio

- Ⓐ não terá direito à licença-maternidade por falta de previsão legal.
- Ⓑ fará jus à licença-maternidade pelo prazo de 180 dias, mas não poderá receber o salário-maternidade nesse período.
- Ⓒ somente poderá usufruir de licença-adoptante, cuja duração é inferior ao da licença-maternidade.
- Ⓓ fará jus à licença-maternidade e ao salário-maternidade pelo prazo de 180 dias, da mesma forma que esses benefícios são garantidos à mulher pela legislação de regência.
- Ⓔ poderá cumular a licença-paternidade e a licença-maternidade, por força do princípio da proteção integral à criança.

Questão 7

Ao identificar a necessidade de melhorar a eficiência da administração pública federal, o presidente da República delegou ao ministro da educação, por decreto, o poder de realizar uma reestruturação profunda em órgãos da estrutura administrativa, com a possibilidade de extinção de cargos vagos, bem como a criação de novos.

Considerando essa situação hipotética e a disciplina constitucional referente ao Poder Executivo, assinale a opção correta.

- Ⓐ O presidente da República tem o poder de dispor sobre a organização da administração pública federal por meio de decreto, ainda que isso implique aumento de despesa.
- Ⓑ O decreto presidencial está em consonância com a CF, pois esta confere ao presidente da República o poder de extinguir funções ou cargos públicos, desde que vagos, bem como o de criá-los, sendo permitida essa delegação a ministros de Estado.
- Ⓒ De acordo com a CF, cabe exclusivamente ao presidente da República a extinção de cargos vagos mediante decreto, sendo vedada a delegação dessa competência a ministros de Estado.
- Ⓓ Apenas por meio de lei formal é permitido criar ou extinguir funções e cargos públicos, ainda que estejam vagos.
- Ⓔ O decreto presidencial é inconstitucional no que diz respeito à possibilidade de delegar a ministro de Estado o poder de criar cargos públicos.

Questão 8

Da sentença de condenação de servidor público estadual pela justiça federal de primeiro grau em razão da prática de crime político praticado durante o período eleitoral é cabível a interposição de

- Ⓐ recurso ordinário a ser julgado pelo STF.
- Ⓑ recurso ordinário a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- Ⓒ recurso ordinário a ser julgado pelo tribunal regional federal (TRF).
- Ⓓ exceção de incompetência, uma vez que a matéria é objeto da justiça estadual.
- Ⓔ recurso ordinário a ser julgado pela justiça eleitoral.

Questão 9

De acordo com a CF, o Banco Central do Brasil tem autoridade para conceder empréstimos

- Ⓐ a organização não governamental nacional sem fins lucrativos.
- Ⓑ a qualquer órgão público.
- Ⓒ a instituições financeiras.
- Ⓓ a qualquer entidade estrangeira sem fins lucrativos.
- Ⓔ ao Tesouro Nacional.

Questão 10

Acerca das regras constitucionais relativas à advocacia pública e à luz da jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

- Ⓐ Ainda que respeitado o teto remuneratório, lei estadual não pode destinar aos procuradores de estado os honorários advocatícios advindos de meios alternativos de cobrança.
- Ⓑ Os princípios institucionais e as prerrogativas funcionais do Ministério Público e da Defensoria Pública podem ser estendidos às procuradorias estaduais em razão do princípio da simetria.
- Ⓒ É constitucional dispositivo de Constituição estadual que confira foro por prerrogativa de função a defensores públicos e procuradores de estado.
- Ⓓ As procuradorias de estado gozam de autonomia funcional, administrativa e financeira.
- Ⓔ A CF confere às procuradorias dos estados e do Distrito Federal atribuição para as atividades de consultoria jurídica e de representação judicial apenas no que se refere à administração pública direta, autárquica e fundacional, não abrangendo empresas públicas e sociedades de economia mista.

Questão 11

No que diz respeito às disposições da Constituição do Estado do Espírito Santo, considerada a jurisprudência a seu respeito, assinale a opção correta.

- Ⓐ O parecer prévio emitido pelo tribunal de contas sobre as contas que o prefeito e o presidente da câmara municipal devem prestar anualmente somente deixará de prevalecer por decisão de três quintos dos membros da referida casa legislativa.
- Ⓑ A Constituição do Estado do Espírito Santo poderá ser emendada mediante propostas de iniciativa popular.
- Ⓒ É vedado ao servidor público servir sob a direção imediata de cônjuge ou parente até quarto grau civil, não sendo admitidas ainda nomeações que configurem reciprocidades por nomeações.
- Ⓓ O defensor público-geral do estado é parte legítima para propor ação de inconstitucionalidade de leis ou de atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição estadual.
- Ⓔ A assembleia legislativa, através da mesa, poderá convocar o presidente do tribunal de justiça para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sendo a ausência sem justificação adequada da referida autoridade considerada crime de responsabilidade.

Questão 12

Considerando o entendimento jurisprudencial a respeito do controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- A** O governador do Distrito Federal não possui, por falta de pertinência temática, legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade contra ato normativo que, editado pela União, verse sobre a remuneração de integrantes de carreiras de órgãos cujos serviços são prestados à população do Distrito Federal.
- B** Cabe arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) contra súmula do Tribunal Superior do Trabalho.
- C** As hipóteses de impedimento e suspeição aplicam-se ao processo de fiscalização concentrada de constitucionalidade.
- D** O estado membro possui legitimidade para recorrer contra decisões proferidas em sede de controle concentrado de constitucionalidade, desde que a ação tenha sido ajuizada pelo respectivo governador.
- E** O tribunal de justiça, ao reconhecer a constitucionalidade de determinada lei estadual em um caso concreto, deverá respeitar a cláusula de reserva de plenário.

Questão 13

Antônio, réu em processo criminal, estava internado em estado estável em um hospital estadual quando, em uma madrugada, um desafeto o encontrou e o alvejou com tiros de arma de fogo, que posteriormente foram constatados como causa eficiente da morte de Antônio.

Nessa situação hipotética, à luz da responsabilidade civil do Estado,

- A** caso Antônio estivesse acompanhado quando sofreu o homicídio, haveria excludente de ilicitude da responsabilidade do Estado.
- B** ainda que Antônio estivesse acordado quando sofreu o homicídio, ficaria afastada a alegação de excludente de ilicitude quanto à responsabilidade do Estado.
- C** seria afastada a alegação de excludente de responsabilidade do Estado por fato de terceiro apenas se fosse provada a inexistência de agentes de segurança no local no momento do crime.
- D** caso Antônio estivesse acordado no momento do homicídio, seria afastada a responsabilidade do Estado.
- E** caso Antônio não estivesse algemado no momento do homicídio, seria afastada a responsabilidade do Estado.

Questão 14

A alienação de área remanescente de obra pública a proprietários de imóveis lindeiros, caso essa área se torne inaproveitável isoladamente, é legalmente definida como

- A** legitimação de posse.
- B** doação.
- C** incorporação.
- D** investidura.
- E** concessão de domínio.

Questão 15

Ao servidor do estado do Espírito Santo será concedido o auxílio financeiro denominado

- I auxílio-creche.
- II bolsa de estudo.
- III ajuda de custo.
- IV décimo terceiro vencimento.

Estão corretos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

Questão 16

Considerando o entendimento recente do STF acerca das alterações na Lei de Improbidade Administrativa, assinale a opção correta.

- A** Pelo fato de a lei ter passado a exigir dolo na conduta, fica excluída a natureza civil dos atos de improbidade.
- B** O regime prescricional da nova lei é irretroativo, mesmo que a norma seja mais benéfica ao acusado.
- C** A nova lei implicou a anistia dos que já estavam cumprindo a penalidade aplicada na vigência da lei na sua redação anterior.
- D** Foi afastada a responsabilidade objetiva de que tratava a lei alterada.
- E** As alterações da lei se aplicam aos atos culposos nos quais já tenha havido condenação transitada em julgado.

Questão 17

De acordo com a lei, a autoridade administrativa competente, ao decidir sobre a validade de um contrato administrativo, deverá

- A** considerar as circunstâncias práticas que condicionaram a ação do agente.
- B** buscar solução jurídica proporcional compatível com os interesses gerais.
- C** impor compensação por benefícios indevidos auferidos pelo contratado.
- D** considerar possíveis exigências de políticas públicas afetas aos direitos de minorias.
- E** deixar de aplicar penalidade aos responsáveis pelas irregularidades verificadas, diante do interesse público envolvido.

Questão 18

De acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, denomina-se

- A** projeto básico.
- B** memorial descritivo.
- C** matriz de riscos.
- D** termo de referência.
- E** projeto executivo.

Questão 19

Para fins da lei que institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, a administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público no caso de

- A urgência verificada por ministro de estado na execução de políticas públicas de relevante interesse público, ainda que executadas por organizações da sociedade civil não credenciadas anteriormente no órgão gestor.
- B urgência no atendimento de pessoas dependentes de drogas ilícitas, ainda que executado por organizações da sociedade civil não credenciadas anteriormente no órgão gestor.
- C atividades voltadas a serviços de educação, se executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas no órgão gestor.
- D existência de grave perturbação da ordem pública, desde que a organização da sociedade civil executora esteja credenciada no órgão gestor.
- E realização de programa de proteção a pessoas em situação de insegurança, se executado por organizações da sociedade civil previamente credenciadas no órgão gestor.

Questão 20

De acordo com a legislação específica, o Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas

- A terá natureza pública, embora seja formado por bens dos cotistas.
- B responderá pelas obrigações contraídas de forma solidária com os cotistas.
- C terá a integralização dos seus bens sujeita a autorização do presidente da República.
- D terá os bens e direitos transferidos avaliados por comissão indicada pelo presidente da República.
- E deverá ser representado pela União, caso seja demandado em ação judicial.

Questão 21

De acordo com a Lei do Processo Administrativo, inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante

- A qualquer autoridade que tiver conhecimento do fato, independentemente de seu grau hierárquico.
- B qualquer autoridade que tiver conhecimento do fato, desde que hierarquicamente superior.
- C a autoridade que primeiro tiver conhecimento do fato.
- D a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.
- E o superior hierárquico do servidor.

Questão 22

Se o beneficiário descumprir as condições permissivas da manutenção de ato jurídico vinculado e seus efeitos, ocorrerá a

- A anulação do ato.
- B caducidade do ato.
- C extinção natural do ato.
- D revogação tácita do ato.
- E cassação do ato.

Questão 23

Ao estabelecer que, nos processos administrativos, será observada interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada a aplicação retroativa de nova interpretação, a lei está tratando do princípio da

- A moralidade.
- B eficiência.
- C razoabilidade.
- D presunção de legalidade.
- E segurança jurídica.

Questão 24

Aqueles que consideram o direito administrativo como o sistema dos princípios jurídicos que regulam a atividade do Estado para o cumprimento dos seus fins, compreendendo as normas que disciplinam a atividade concreta para a consecução de sua finalidade, adotam o critério

- A teleológico.
- B residual.
- C da administração pública.
- D das relações jurídicas.
- E do serviço público.

Questão 25

No Sistema Tributário Nacional, parte da receita dos impostos é obrigatoriamente dividida com outros entes federados, ao passo que outra parte pode ser dividida. Nesse sentido, os impostos cuja arrecadação não é obrigatoriamente distribuída incluem o imposto

- A sobre a exportação.
- B sobre a importação.
- C de renda.
- D sobre produtos industrializados.
- E territorial rural.

Questão 26

De acordo com o Código Tributário Nacional, a natureza jurídica específica dos tributos deve ser determinada

- A pelo fato gerador da obrigação.
- B pela denominação do tributo.
- C pela ocorrência de contraprestação.
- D pelas características formais do tributo.
- E pela destinação legal do produto da arrecadação.

Questão 27

À luz das normas constitucionais e da doutrina pertinentes às imunidades tributárias, assinale a opção correspondente a um exemplo de imunidade tributária meramente subjetiva.

- A imunidade musical
- B imunidade recíproca
- C imunidade religiosa
- D imunidade de entidades sindicais de trabalhadores
- E imunidade de partidos políticos

Questão 28

Na ausência de disposição normativa expressa quanto a determinada matéria tributária, a autoridade competente para aplicar a legislação deverá utilizar

- A a equidade antes da analogia.
- B a analogia antes dos princípios gerais de direito público.
- C os princípios gerais de direito público antes dos princípios gerais de direito tributário.
- D a equidade antes dos princípios gerais de direito público.
- E os princípios gerais de direito tributário antes da analogia.

Questão 29

Uma pessoa física que esteja submetida a medidas que importem privação ou limitação da administração direta de seus bens

- Ⓐ não terá qualquer capacidade tributária.
- Ⓑ não terá capacidade tributária apenas no que se refere aos impostos sobre o patrimônio.
- Ⓒ manterá plena capacidade tributária.
- Ⓓ não terá capacidade tributária apenas quanto ao ITR, ao IPTU e às taxas que incidirem sobre seus imóveis.
- Ⓔ não terá capacidade tributária para os tributos sobre o patrimônio.

Questão 30

Ocorrerá exclusão do crédito tributário se a União

- Ⓐ decretar uma isenção.
- Ⓑ promulgar uma lei de anistia tributária de multas futuras.
- Ⓒ decretar uma anistia de multas passadas.
- Ⓓ decretar um parcelamento de dívida.
- Ⓔ promulgar uma lei de isenção.

Questão 31

Conforme a CF, o ICMS

- Ⓐ é um imposto cumulativo.
- Ⓑ incide sobre operações que destinem petróleo a outros estados.
- Ⓒ é um imposto cuja incidência desconsidera o grau de essencialidade das mercadorias, mas não o de serviços.
- Ⓓ incide sobre a entrada de bem importado do exterior por pessoa física ainda que não seja contribuinte habitual do imposto.
- Ⓔ é um imposto cuja incidência desconsidera o grau de essencialidade dos serviços, mas não o das mercadorias.

Questão 32

O IPTU pode

- Ⓐ ser progressivo em razão da renda do proprietário.
- Ⓑ ter alíquotas diferenciadas em razão do uso do imóvel.
- Ⓒ ser progressivo em razão da localização do imóvel.
- Ⓓ ser progressivo em razão do uso do imóvel.
- Ⓔ ter alíquotas diferenciadas em razão da renda do proprietário.

Questão 33

Consoante a Lei n.º 6.830/1980, configura situação de ilegitimidade passiva tributária a execução fiscal movida contra

- Ⓐ os sucessores.
- Ⓑ os fiadores.
- Ⓒ os leiloeiros.
- Ⓓ o espólio.
- Ⓔ a massa.

Questão 34

Em conformidade com a Lei Complementar n.º 116, o ISSQN incide

- Ⓐ sobre serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.
- Ⓑ o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários.
- Ⓒ as exportações de serviços para outros países.
- Ⓓ a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos.
- Ⓔ a prestação de serviços em relação de emprego, dos diretores de sociedades.

Questão 35

Conforme a CF, a seguridade social compreende um conjunto

- Ⓐ de ações independentes de iniciativa privativa dos poderes públicos e destinadas a assegurar os direitos relativos à educação, à saúde e à previdência social.
- Ⓑ integrado de ações de iniciativa privativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à cultura, à educação, à saúde e à previdência social.
- Ⓒ integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- Ⓓ de ações descentralizadas de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à educação, à previdência e à assistência social.
- Ⓔ centralizado de ações de iniciativa privativa dos poderes públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Questão 36

De acordo com a CF, compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social com base nos objetivos de

- I seletividade da cobertura e do atendimento.
- II uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- III universalidade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- IV irredutibilidade do valor dos benefícios.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e III.
- Ⓑ II e IV.
- Ⓒ III e IV.
- Ⓓ I, II e III.
- Ⓔ I, II e IV.

Questão 37

Acerca do custeio da seguridade social, assinale a opção correta com base no entendimento do STF.

- Ⓐ É legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13.º salário.
- Ⓑ É constitucional a incidência da contribuição previdenciária a cargo do empregador sobre o salário-maternidade.
- Ⓒ A receita auferida pelas cooperativas de trabalho em decorrência dos negócios jurídicos firmados com terceiros não se insere na materialidade da contribuição ao PIS/PASEP.
- Ⓓ É inconstitucional a previsão legal de diferenciação de alíquotas em relação às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de salários de instituições financeiras ou de entidades a elas legalmente equiparáveis, haja vista a emenda constitucional que modificou o sistema de previdência social em 1998.
- Ⓔ Não é legítima a incidência de contribuição social sobre o valor satisfeito a título de terço constitucional de férias.

Questão 38

No que diz respeito aos segurados do regime geral de previdência social (RGPS), assinale a opção correta, à luz da Lei n.º 8.213/1991.

- Ⓐ Quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural definido no regulamento é segurado obrigatório da previdência social como segurado especial.
- Ⓑ O servidor público ocupante de cargo em comissão e sem vínculo efetivo com a União, autarquias e fundações públicas federais é segurado obrigatório da previdência social como empregado.
- Ⓒ A pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, ainda que de forma não contínua, inclui-se entre os segurados obrigatórios da previdência social na condição de segurado especial.
- Ⓓ Aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos, é segurado facultativo da previdência social como empregado.
- Ⓔ O pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida é segurado obrigatório da previdência social como contribuinte individual.

Questão 39

No que concerne à prescrição e à decadência no direito previdenciário, assinale a opção correta, considerando os entendimentos do STF e do STJ.

- Ⓐ A ação de cobrança de diferenças de valores de complementação de aposentadoria prescreve em dois anos, contados da data do pagamento.
- Ⓑ Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a fazenda pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação.
- Ⓒ A formulação de requerimento administrativo interrompe o prazo de prescrição, que recomeça a correr integralmente após a ciência da decisão administrativa final.
- Ⓓ Aplica-se o prazo decadencial de dez anos para a concessão inicial do benefício previdenciário.
- Ⓔ Inexiste prazo decadencial para a revisão de benefícios concedidos.

Questão 40

Com base na Lei n.º 8.213/1991, que dispõe sobre o acidente de trabalho, assinale a opção correta.

- Ⓐ Considera-se agravamento ou complicação de acidente do trabalho a lesão que, resultante de acidente de outra origem, esteja associada ou se superponha às consequências do anterior.
- Ⓑ O acidente de trabalho deverá ser comunicado pela empresa ao órgão de previdência social até o quinto dia útil seguinte ao de sua ocorrência.
- Ⓒ Doença degenerativa é considerada doença do trabalho.
- Ⓓ Não se equipara ao acidente de trabalho o acidente sofrido pelo segurado, fora do local e horário de trabalho, na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito.
- Ⓔ O acidente de trabalho ocorre pelo exercício do ofício a serviço de empresa ou de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados especiais que provoque lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, a perda ou redução da capacidade para o trabalho, de forma permanente ou temporária.

Questão 41

A respeito do regime próprio de previdência dos servidores públicos previsto na Lei n.º 9.717/1998, assinale a opção correta.

- Ⓐ É permitido o pagamento de benefícios mediante convênios ou consórcios entre estados, entre estados e municípios e entre municípios, de modo a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial desses entes federados.
- Ⓑ O estado do Espírito Santo não é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do seu regime próprio decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.
- Ⓒ A contribuição do estado do Espírito Santo ao regime próprio de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo nem superior ao dobro dessa contribuição.
- Ⓓ As alíquotas de contribuição dos servidores ativos do estado do Espírito Santo para o seu regime próprio de previdência social serão inferiores às dos servidores titulares de cargos efetivos da União.
- Ⓔ O servidor público titular de cargo efetivo do estado do Espírito Santo e filiado a regime próprio de previdência social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da Federação, sem ônus para o cessionário, será automaticamente desvinculado do regime de origem.

Questão 42

A luz das disposições constitucionais acerca da previdência complementar, assinale a opção correta.

- Ⓐ O regime de previdência privada de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao RGPS será compulsório, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei.
- Ⓑ É legítimo o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, inclusive na qualidade de patrocinador, situação na qual, excepcionalmente, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.
- Ⓒ O regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo oferecerá plano de benefícios nas modalidades contribuição definida ou benefício definido e será efetivado somente por intermédio de entidade fechada de previdência complementar.
- Ⓓ Lei ordinária de iniciativa do respectivo Poder Executivo estabelecerá os requisitos para a designação dos membros das diretorias das entidades fechadas de previdência complementar instituídas pelos patrocinadores e disciplinará a inserção dos participantes nos colegiados e nas instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.
- Ⓔ A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios instituirão, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o limite máximo dos benefícios do RGPS para o valor das aposentadorias e das pensões em regime próprio de previdência social.

Questão 43

Acerca da contagem recíproca do tempo de contribuição e da compensação financeira, assinale a opção correta conforme o disposto na CF e na Lei n.º 8.213/1991.

- Ⓐ É garantida, para fins de aposentadoria, a contagem recíproca de tempo de contribuição do RGPS por regime próprio de previdência social sem a emissão da certidão de tempo de contribuição correspondente, ainda que o tempo de contribuição referente ao RGPS tenha sido prestado pelo servidor público ao próprio ente instituidor.
- Ⓑ É garantida, para fins de aposentadoria, a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o RGPS e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios legalmente estabelecidos.
- Ⓒ É vedada, para fins de inatividade militar, a contagem do tempo de contribuição ao RGPS ou a regime próprio de previdência social.
- Ⓓ Admite-se a contagem de tempo de contribuição fictício para efeito de concessão dos benefícios previdenciários e de contagem recíproca, na forma da lei.
- Ⓔ Admite-se, para fins de aposentadoria, nas hipóteses previstas em lei, a contagem do tempo de serviço público e do tempo de exercício em atividade privada, desde que concomitantes.

Questão 44

No que concerne às disposições constitucionais acerca do regime próprio de previdência dos servidores públicos, assinale a opção correta.

- Ⓐ As regras para o cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei complementar de iniciativa privativa do presidente da República.
- Ⓑ É vedada, expressa e absolutamente, a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social.
- Ⓒ É vedada, em regra, a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para a concessão de benefícios em regime próprio de previdência social.
- Ⓓ Observados critérios a serem estabelecidos em lei do respectivo ente federativo, o servidor titular de cargo efetivo que, tendo completado as exigências para a aposentadoria compulsória, permaneça em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no mínimo, ao valor da sua contribuição previdenciária.
- Ⓔ É vedada a incidência de contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime próprio de previdência social que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.

Questão 45

Em ação de inventário, o juízo de direito de determinada comarca deferiu pedido de expedição de alvará judicial por meio do qual autorizou o levantamento de certo valor depositado em conta de depósito judicial em uma instituição bancária. O banco depositário, no entanto, indevidamente recusou-se a proceder a imediata restituição em favor do titular do numerário ali depositado.

Nessa situação hipotética, de acordo com o Código Civil e a jurisprudência do STJ, o banco depositário, ao restituir o capital ao titular, deverá fazê-lo acrescido de

- Ⓐ atualização monetária, apenas.
- Ⓑ atualização monetária e juros de mora, apenas.
- Ⓒ atualização monetária, juros de mora e juros remuneratórios.
- Ⓓ juros de mora e juros remuneratórios, apenas.
- Ⓔ atualização monetária e juros remuneratórios, apenas.

Questão 46

Segundo a jurisprudência do STJ, na hipótese de o advogado perder o prazo para contestar ou interpor recurso, será aplicável a teoria da perda de uma chance caso o dano seja

- Ⓐ eventual e incerto, dentro de um juízo de probabilidade.
- Ⓑ real, atual e certo, dentro de um juízo de probabilidade.
- Ⓒ atual e incerto, dentro de um juízo de probabilidade.
- Ⓓ potencial, dentro de um juízo de certeza.
- Ⓔ real, atual e certo, dentro de um juízo de certeza.

Questão 47

Conforme o entendimento recente do STJ relativo ao regramento do Código Civil para o vencimento extraordinário da dívida, que possibilita a sua exigência antes do termo originalmente pactuado, é

- Ⓐ exemplificativo o rol legal, estando as partes autorizadas a preverem outras hipóteses de antecipação.
- Ⓑ abusiva a cláusula contratual que preveja a antecipação pela impontualidade de uma única parcela.
- Ⓒ possível a antecipação quando as garantias do débito se tornarem insuficientes, ainda que o devedor venha a reforçá-las.
- Ⓓ possível a antecipação quando a mora ultrapassar cento e oitenta dias da data estipulada para o cumprimento da obrigação.
- Ⓔ taxativo o rol legal, não podendo as partes preverem outras hipóteses de antecipação.

Questão 48

De acordo com o STJ, a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica prevista no Código Civil exige a ocorrência de

- Ⓐ abusos da sociedade e a inexistência de bens penhoráveis, apenas.
- Ⓑ abusos da sociedade, inexistência de bens penhoráveis e o eventual encerramento irregular das atividades da empresa.
- Ⓒ abusos da sociedade e o eventual encerramento irregular das atividades da empresa, apenas.
- Ⓓ abusos da sociedade, decorrentes do desvio de finalidade ou da demonstração de confusão patrimonial, apenas.
- Ⓔ inexistência de bens penhoráveis e o eventual encerramento irregular das atividades da empresa, apenas.

Questão 49

De acordo com o Código Civil, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o entendimento do STJ, cessada sua menoridade, a pessoa com deficiência

- Ⓐ permanecerá absolutamente incapaz para os atos de natureza patrimonial, pois a deficiência afeta a plena capacidade civil da pessoa.
- Ⓑ ficará habilitada para a prática de todos os atos da vida civil, pois a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa.
- Ⓒ permanecerá absolutamente incapaz para todos os atos da vida civil, pois a deficiência afeta a plena capacidade civil da pessoa.
- Ⓓ permanecerá relativamente incapaz para a prática dos atos de natureza existencial, pois a deficiência afeta a plena capacidade civil da pessoa.
- Ⓔ permanecerá relativamente incapaz para a prática dos atos de natureza patrimonial, pois a deficiência afeta a plena capacidade civil da pessoa.

Questão 50

Conforme entendimento do STJ, a discussão envolvendo repetição de indébito por cobrança indevida de valores contratuais

- A** prescreve em cinco anos.
- B** decai em um ano.
- C** prescreve em três anos.
- D** decai em quatro anos.
- E** prescreve em dez anos.

Questão 51

Em determinada relação jurídica, ocorreu o protesto de título executivo (causa extrajudicial) e o ajuizamento de ação cautelar de cancelamento de duplicatas e do protesto (causa endoprocessual).

Nessa situação hipotética, segundo o entendimento do STJ relativamente às causas interruptivas da prescrição,

- A** é possível cumular as duas causas interruptivas, desde que a extrajudicial anteceda a endoprocessual.
- B** é possível cumular as duas causas interruptivas, ainda que a extrajudicial seja posterior à endoprocessual.
- C** não é possível cumular as causas interruptivas extrajudicial e endoprocessual, havendo a interrupção do prazo apenas quanto ao primeiro dos eventos que vier a ocorrer.
- D** não é possível cumular as causas interruptivas extrajudicial e endoprocessual, havendo a interrupção do prazo apenas quando da ocorrência da causa endoprocessual.
- E** é possível cumular duas causas, desde que ambas sejam modalidades de causa interruptiva extrajudicial.

Questão 52

Durante a vigência de contrato em relação de trato sucessivo, foi proposta ação em que se pretende o reconhecimento da abusividade de cláusula contratual e, por consequência, a restituição dos valores indevidamente pagos. Não houve, por sua vez, a negativa do próprio direito de fundo.

Em casos semelhantes ao da situação hipotética anterior, o STJ entende que a revisão da cláusula contratual

- A** pode ser requerida durante a vigência do contrato, caso em que o prazo será decadencial, sendo imprescindível discutir-se na ação a validade do próprio negócio jurídico.
- B** exige a conclusão do contrato, a partir de quando se inicia a contagem do prazo decadencial, sendo imprescindível discutir-se na ação a validade do próprio negócio jurídico.
- C** pode ser requerida durante a vigência do contrato, caso em que o prazo será prescricional, sendo desnecessário discutir na ação a validade do próprio negócio jurídico.
- D** exige a conclusão do contrato, a partir de quando se inicia a contagem do prazo prescricional, sendo imprescindível discutir-se na ação a validade do próprio negócio jurídico.
- E** pode ser requerida durante a vigência do contrato, caso em que o prazo será decadencial, sendo desnecessário discutir na ação a validade do próprio negócio jurídico.

Questão 53

Segundo a Lei n.º 8.245/1991 e o entendimento do STJ, para o exercício do direito de preferência, o inquilino deverá

- A** depositar o preço da compra e das demais despesas da transferência, no prazo decadencial de seis meses, a contar da lavratura da escritura pública de compra e venda.
- B** depositar o preço da compra e demais despesas da transferência, no prazo decadencial de seis meses, a contar do registro do contrato de compra e venda do imóvel.
- C** registrar o contrato de locação, averbando-o na respectiva matrícula do registro imobiliário competente, podendo fazê-lo após a alienação do imóvel pelo locador ao terceiro adquirente, mas desde que antes do respectivo registro imobiliário.
- D** lavrar escritura pública do contrato de locação, averbando-o na respectiva matrícula do registro imobiliário competente, desde que o faça junto à matrícula do imóvel até noventa dias antes da alienação.
- E** depositar o preço da compra e das demais despesas da transferência, no prazo prescricional de três meses, a contar da lavratura da escritura pública de compra e venda.

Questão 54

De acordo com a Lei n.º 8.245/1991 e a jurisprudência do STJ, o locatário pode propor ação de reparação pelos danos que venha a sofrer por conta do descumprimento do dever do locador em assegurar-lhe a preferência na aquisição do imóvel locado em igualdade de condições com terceiros. Quanto ao pedido de perdas e danos, a averbação do contrato de locação na matrícula do imóvel é

- A** imprescindível, por aplicação analógica de regra cujo intuito é conferir segurança jurídica ao negócio.
- B** desnecessária, pois, mesmo havendo previsão legal expressa, não envolve interesse de terceiros.
- C** imprescindível, por expressa previsão legal que impõe o registro para que possa produzir eficácia contra todos.
- D** desnecessária, por ausência de previsão legal expressa, ainda que envolva interesse de terceiros.
- E** imprescindível, pois, mesmo não havendo previsão legal expressa, faz-se necessário conferir segurança jurídica ao negócio.

Questão 55

Acerca do entendimento do STJ relativo aos direitos da personalidade, assinale a opção correta.

- A** A personalidade jurídica surge com o nascimento com vida, a partir de quando podem ser protegidos os direitos da pessoa.
- B** A personalidade jurídica surge com o nascimento com vida, mas considera o nascituro sujeito de direitos, estando os direitos condicionados ao evento futuro, que é vir a nascer com vida.
- C** A personalidade jurídica surge com o nascimento com vida, mas considera o nascituro sujeito de direitos, estando seus eventuais direitos sob condição resolutiva.
- D** A personalidade jurídica surge ainda na fase embrionária, sendo o embrião considerado pessoa, tendo seus direitos patrimoniais e os bens imateriais protegidos por lei.
- E** A titularidade de direitos da personalidade ao nascituro é reconhecida desde a sua concepção.

Questão 56

Com relação à cláusula resolutiva tácita prevista no Código Civil, o STJ entende que a parte lesada pode optar pelo

- A** cumprimento forçado e pelo rompimento do contrato, podendo ambas as opções ser exercidas simultaneamente.
- B** cumprimento forçado ou pelo rompimento do contrato, não podendo ambas as opções ser exercidas simultaneamente. Feita a escolha, a parte não pode variar entre elas.
- C** cumprimento forçado ou pelo rompimento do contrato, não podendo ambas as opções ser exercidas simultaneamente. Feita a escolha, a parte pode variar entre elas, desde que antes da sentença.
- D** cumprimento forçado do contrato, apenas.
- E** rompimento do contrato, apenas.

Questão 57

Possui legitimidade ativa para propor ação popular

- A** apenas o brasileiro nato, independentemente da idade.
- B** o brasileiro nato ou naturalizado que se encontre no gozo dos direitos políticos.
- C** qualquer pessoa capaz que possua, na data da propositura da ação, residência fixa no Brasil.
- D** apenas o brasileiro nato com dezoito anos ou mais de idade.
- E** o brasileiro nato ou o naturalizado que resida no Brasil há mais de dez anos, independentemente da idade.

Questão 58

O incidente de desconsideração da personalidade jurídica inversa tem por objetivo

- A** identificar quotas societárias que a pessoa jurídica devedora detenha em outra sociedade e permitir que a execução recaia sobre elas.
- B** permitir a expropriação do patrimônio das pessoas jurídicas de direito privado pelas dívidas contraídas por seus sócios.
- C** perseguir, nas ações propostas contra os entes públicos, o patrimônio do gestor público que tenha ocasionado dano ao erário.
- D** identificar os bens do devedor que se encontrem em nome de terceiros e permitir que a execução recaia sobre eles.
- E** promover a expropriação do patrimônio do cônjuge do devedor.

Questão 59

Acerca do prazo para a interposição de recurso pela fazenda pública contra sentença do juizado especial da fazenda pública no âmbito estadual, bem como sobre o reexame necessário, assinale a opção correta.

- A** O prazo para a fazenda pública recorrer contra sentença que lhe imponha obrigação de pagar quantia certa será de 20 dias úteis, e a sentença não estará sujeita ao reexame necessário, independentemente do valor da condenação.
- B** O prazo para a fazenda pública recorrer contra sentença que lhe imponha obrigação de pagar quantia certa será de 20 dias corridos, e a sentença poderá ser submetida a reexame necessário, desde que o valor da condenação seja superior a 30 salários mínimos.
- C** O prazo para a fazenda pública recorrer contra sentença que lhe imponha obrigação de pagar quantia certa será de 10 dias úteis, e a sentença não estará sujeita ao reexame necessário, independentemente do valor da condenação.
- D** O prazo para a fazenda pública recorrer contra sentença que lhe imponha obrigação de pagar quantia certa será de 10 dias úteis, e a sentença poderá ser submetida a reexame necessário, desde que o valor da condenação seja superior a 30 salários mínimos.
- E** O prazo para a fazenda pública recorrer contra sentença que lhe imponha obrigação de pagar quantia certa será de 30 dias corridos, e a sentença poderá ser submetida a reexame necessário, desde que o valor da condenação seja superior a 30 salários mínimos.

Questão 60

Uma empresa de prestação de serviços propôs ação de execução de título extrajudicial em face do estado do Espírito Santo. O juízo da vara de fazenda pública recebeu a petição inicial e determinou a citação da procuradoria do estado para apresentar defesa.

Nessa situação hipotética,

- A** a procuradoria deverá opor-se à pretensão executiva nos próprios autos da ação executiva, por meio de impugnação, que deverá ser apresentada no prazo máximo de 15 dias, sob pena de preclusão.
- B** a ausência de defesa pela procuradoria não implica em confissão ficta e presunção de veracidade dos fatos narrados na petição inicial e, por esse motivo, é permitida a dilação probatória.
- C** a procuradoria deverá apresentar contestação no prazo de 30 dias, sob pena de preclusão, e a contagem do prazo terá início a partir do ato de intimação pessoal.
- D** a procuradoria deverá se opor à pretensão executiva nos próprios autos da ação executiva, através de exceção de pré-executividade, no prazo máximo de 30 dias, sob pena de preclusão.
- E** a procuradoria deverá opor-se à pretensão executiva em autos próprios, por meio de embargos, que deverão ser opostos no prazo máximo de 30 dias, sob pena de preclusão.

Questão 61

Mário ajuizou ação reivindicatória em face de Roberto e, no curso da ação, Mário alienou a coisa reivindicada a Francisco.

Nesse caso,

- A** não poderá haver alteração no polo ativo da demanda enquanto não houver decisão provisória ou sentença que reconheça o direito do alienante sobre a coisa reivindicada.
- B** a substituição processual é inadmissível em qualquer situação, mas o adquirente poderá habilitar-se como assistente litisconsorcial do alienante da coisa.
- C** o adquirente poderá suceder o alienante a qualquer tempo da relação processual, independentemente da anuência do demandado.
- D** o adquirente poderá substituir o alienante no polo ativo da relação processual, desde que haja anuência do demandado.
- E** incumbe ao juiz, segundo as peculiaridades da causa, admitir ou não a substituição processual do adquirente pelo alienante da coisa.

Questão 62

Suponha que, após a instrução processual de uma ação que esteja sendo processada pelo rito comum, entre em vigor uma lei nova que altere a distribuição do ônus da prova e modifique o procedimento de coleta de prova oral. Nesse caso,

- A** as mudanças promovidas pela lei processual nova não obstarão o juiz de proferir a sentença.
- B** o juiz deverá reabrir a instrução processual *ex officio* para adequar o rito processual às alterações promovida pela lei nova, sob pena de nulidade do processo.
- C** a parte que tiver interesse poderá requerer a reabertura da instrução processual para adequar o procedimento adotado pela lei nova, caso em que é vedado ao juiz indeferir o pleito, sob pena de nulidade do processo.
- D** o juiz deverá reabrir a instrução processual, sob pena de nulidade do processo, caso as alterações promovidas pela lei nova possam interferir no resultado do julgamento.
- E** o juiz deverá reabrir a instrução processual para adequar o rito processual promovido pela lei nova, independentemente da possibilidade de alteração do resultado do julgamento.

Questão 63

A PGE/ES propôs ação de conhecimento pelo rito comum em face da Empresa X. Após a tentativa frustrada de citação por meio eletrônico, pelo correio e por oficial de justiça, o juízo deferiu a citação por edital com prazo de 30 dias. O prazo transcorreu sem que a requerida tenha apresentado defesa.

Nesse caso, o juiz deverá

- Ⓐ aplicar os efeitos da revelia e proferir sentença de total procedência do pedido.
- Ⓑ determinar a intimação da requerente para que esta junte novas provas materiais caso deseje ou indique as provas orais que pretende produzir, justificando a sua necessidade, sob pena de indeferimento da ação.
- Ⓒ suspender o curso do processo pelo prazo máximo de um ano, podendo ser realizada, a qualquer tempo, nova diligência citatória e, decorrido o prazo de um ano, determinar a interrupção do prazo prescricional caso a requerida não seja localizada.
- Ⓓ nomear curador especial à ré para que apresente defesa, podendo esta, a qualquer tempo, constituir advogado para representá-la nos autos do processo.
- Ⓔ suspender o curso do processo pelo prazo máximo de dois anos, podendo, a qualquer tempo, ser realizada nova diligência citatória e, decorrido o prazo de dois anos, determinar a extinção do processo caso a requerida não seja localizada.

Questão 64

A Fazenda Pública do Estado do Espírito Santo propôs, em face de empresa com a qual firmara contrato de prestação de serviços, ação de obrigação de fazer com pedido de tutela provisória cumulada com reparação de danos materiais. O juízo de origem concedeu os efeitos da tutela e determinou que a requerida cumprisse a obrigação no prazo de 90 dias, sob pena de pagamento de multa de R\$ 5.000 por dia de atraso. A requerida agravou dessa decisão, mas não obteve efeito suspensivo.

Nessa situação hipotética,

- Ⓐ apenas a multa pelos dias de atraso pode ser objeto de imediata execução, haja vista que não se admite execução provisória nas obrigações de fazer.
- Ⓑ nem a multa pelos dias de atraso nem a obrigação de fazer poderão ser executadas antes do trânsito em julgado da tutela definitiva.
- Ⓒ apenas a obrigação de fazer pode ser objeto de imediata execução, haja vista que a multa pelos dias de atraso somente poderá ser objeto de execução definitiva.
- Ⓓ tanto a multa pelos dias de atraso quanto a obrigação de fazer somente poderão ser executadas após o julgamento do agravo e desde que este seja desprovido.
- Ⓔ transcorrido o prazo especificado na decisão que concedeu a tutela provisória sem que a requerida tenha cumprido a obrigação, o juiz poderá autorizar que esta seja cumprida por terceiros, às expensas da requerida.

Questão 65

No curso de ação de execução, o credor requereu a penhora de dois motores de retroescavadeiras que se encontravam no depósito da empresa executada, avaliados em R\$ 350.000. O juízo da causa deferiu a penhora dos motores e determinou sua remoção bem como a entrega ao exequente, que ficaria como seu fiel depositário. Todavia, os referidos motores tinham sido adquiridos pelo poder público estadual (DER/ES), com o objetivo de recuperar duas máquinas de sua propriedade, que estavam danificadas.

Nessa situação hipotética, o estado do Espírito Santo

- Ⓐ tem interesse jurídico e possui legitimidade ativa para propor ação de embargos de terceiro com o objetivo de liberar a constrição judicial recaída sobre os objetos penhorados.
- Ⓑ tem interesse jurídico e possui legitimidade ativa para propor ação de embargos à penhora com o objetivo de liberar a constrição judicial recaída sobre os objetos penhorados.
- Ⓒ tem interesse jurídico e possui legitimidade ativa para propor embargos do devedor com o objetivo de liberar a constrição judicial recaída sobre os objetos penhorados.
- Ⓓ poderá habilitar-se como assistente litisconsorcial da empresa executada com o objetivo de liberar a constrição judicial recaída sobre os objetos penhorados.
- Ⓔ tem interesse jurídico e possui legitimidade ativa para propor ação de reintegração de posse com o objetivo de haver os objetos penhorados.

Questão 66

A PGE/ES recorreu contra sentença que, proferida pela vara de fazenda pública, determinara a reintegração de servidor ao cargo que exercia anteriormente, com o pagamento dos respectivos vencimentos. Após a conclusão dos autos ao relator, a PGE/ES peticionou nos autos arguindo a existência de litispendência e juntando prova de que se encontrava pendente de julgamento no STJ uma causa com as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.

Nesse caso, o relator deverá

- Ⓐ declarar precluso o direito de a PGE/ES alegar a litispendência.
- Ⓑ determinar a remessa dos autos para juízo de primeiro grau para que este aprecie exclusivamente a arguição de litispendência, sob pena de constituir supressão de instância.
- Ⓒ determinar a intimação do recorrido para que se pronuncie sobre a litispendência suscitada pela PGE/ES.
- Ⓓ determinar a baixa dos autos ao juízo de origem para a realização de diligências e produção de provas necessárias para comprovar a litispendência, assegurando às partes o direito ao amplo contraditório.
- Ⓔ determinar a instauração de incidente de assunção de competência para submeter a causa a julgamento do STJ, juízo em que se encontra a primeira ação proposta.

Questão 67

Julgue os itens a seguir, referentes à ação de improbidade administrativa.

- I São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário decorrentes da prática de ato doloso tipificado na lei de improbidade administrativa.
- II Na ação de improbidade administrativa, não se aplica a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor ainda que o réu não conteste a ação.
- III Na ação civil de improbidade administrativa, é indispensável a formação de litisconsórcio necessário entre o agente público e os eventuais terceiros beneficiados ou participantes do ato de improbidade.
- IV A sentença que julga improcedente a ação de improbidade administrativa fica sujeita ao reexame necessário.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas os itens I e II estão certos.
- C Apenas os itens II e III estão certos.
- D Apenas os itens I, II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 68

No que diz respeito ao mandado de segurança, julgue os itens a seguir.

- I A controvérsia sobre matéria de direito constitui fato impeditivo para a concessão de mandado de segurança.
- II A competência para julgar mandado de segurança impetrado contra ato do juizado especial federal é da turma recursal da respectiva justiça federal.
- III É incabível o arbitramento de honorários advocatícios sucumbenciais na ação de mandado de segurança, ainda que a segurança seja concedida integralmente.
- IV Contra a decisão do relator que indefere liminar em mandado de segurança cabe agravo interno.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e II estão certos.
- B Apenas os itens II e III estão certos.
- C Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 69

No que diz respeito ao intervalo para repouso e alimentação, assinale a opção correta.

- A A concessão parcial do intervalo intrajornada implica o pagamento do tempo suprimido, com acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.
- B É inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho que contenha previsão de redução do intervalo intrajornada.
- C O intervalo intrajornada não se aplica aos empregados rurais.
- D Quando não observar o intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação, e reduzir o seu tempo, o empregador deverá pagar ao empregado uma indenização correspondente ao período total do intervalo, sem reflexos no cálculo das parcelas salariais.
- E O intervalo intrajornada deve ser concedido, também, nas jornadas inferiores a seis horas diárias, mas pela metade do tempo concedido para jornadas de oito horas.

Questão 70

Um empregado foi demitido sem justa causa de uma empresa porque o empresário descobriu que esse empregado era portador do vírus HIV.

Nessa situação hipotética,

- A a dispensa não pode ser considerada abusiva ou ilegal porque não há, na legislação, previsão expressa que a impeça.
- B a dispensa deverá ser mantida, já que foi aplicada sem justa causa.
- C o empregado poderia ter sido demitido por justa causa em razão de ter omitido informações ao empregador.
- D a dispensa presume-se discriminatória e o empregado tem direito à reintegração no emprego.
- E a dispensa deverá ser mantida, e o empregado terá direito a receber indenização correspondente a doze meses de seu salário.

Questão 71

Acerca dos adicionais de insalubridade e periculosidade, assinale a opção correta.

- A Se a perícia constatar a prestação de serviços em condições nocivas à saúde, mas o agente insalubre for diverso do apontado no pedido ou na fundamentação, o adicional de insalubridade não deverá ser concedido.
- B A exposição eventual ou não permanente a condições perigosas não gera direito ao recebimento do adicional de periculosidade.
- C O adicional de insalubridade pago ao empregado integra o salário para fins de cálculo de horas extras.
- D Mediante acordo coletivo de trabalho, é possível se estabelecer percentual de adicional de periculosidade inferior ao estabelecido em lei, observando-se a proporcionalidade ao tempo de exposição ao risco.
- E Em um processo judicial, basta a comprovação por meio de laudo pericial de que a atividade é insalubre para que o empregado tenha o direito ao recebimento do adicional correspondente.

Questão 72

Assinale a opção correta no que se refere ao ente responsável pelos direitos trabalhistas dos empregados, em caso de criação de novo município por desmembramento.

- A A responsabilidade pelas obrigações trabalhistas será do município que for criado, já que o empregado migrará para seus quadros.
- B A responsabilidade pelas obrigações trabalhistas será da União, já que a criação e o desmembramento de um município são disciplinados por lei federal, que estabelece normas e diretrizes também no que se refere às obrigações trabalhistas.
- C A responsabilidade pelas obrigações trabalhistas será do município originário, já que os empregados foram contratados por ele.
- D A responsabilidade pelas obrigações trabalhistas será do estado membro, uma vez que ficará configurado conflito entre os municípios.
- E A responsabilidade pelas obrigações trabalhistas referentes ao período em que figurarem como real empregador será de cada município.

Questão 73

Os exemplos de interrupção do contrato de trabalho incluem

- A o período em que o empregado estiver afastado para exercer cargo de direção sindical para o qual foi eleito.
- B a falta injustificada ao trabalho.
- C a licença não remunerada para interesses particulares.
- D o período de gozo de férias.
- E os dias em que o empregado estiver afastado por suspensão disciplinar.

Questão 74

Terá a garantia ao emprego por estabilidade provisória o empregado

- A eleito como membro da CIPA, ainda que o estabelecimento em que trabalhe seja extinto ou que cesse completamente a atividade da empresa.
- B eleito como suplente do conselho fiscal de uma cooperativa.
- C que exerça mandato de membro de conselho fiscal de um sindicato.
- D que esteja exercendo a função de delegado sindical.
- E que, contratado por tempo determinado, seja afastado por acidente do trabalho.

Questão 75

No que se refere ao disposto na Convenção n.º 87 da OIT, que trata da liberdade sindical, assinale a opção correta.

- A As autoridades públicas deverão abster-se de realizar qualquer intervenção que possa gerar limite ou entravar o direito de constituição das organizações por parte dos trabalhadores.
- B Os sindicatos dos trabalhadores estão sujeitos à dissolução ou suspensão por via administrativa.
- C Os trabalhadores terão o direito de constituir organizações de sua escolha, mediante autorização prévia do Ministério do Trabalho.
- D O país que tiver aderido à convenção em apreço não poderá modificar ou alterar qualquer dispositivo nela previsto.
- E O termo “organização” refere-se a qualquer organização de trabalhadores, excetuadas aquelas criadas por empregadores, e visa promover e defender os interesses dos trabalhadores.

Questão 76

Assinale a opção correta com referência à equiparação salarial.

- A A cessão de empregados exclui a equiparação salarial.
- B Para efeito de equiparação de salários, considerando-se trabalho igual, deve ser contado o tempo de serviço no emprego.
- C Qualquer fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial deve ser comprovado pelo empregador.
- D A equiparação deve ser observada quando empregado e paradigma exercem a mesma função e estiverem classificados no mesmo cargo, com a mesma denominação.
- E Para fins de prova da equiparação, é necessário que, ao tempo da reclamação trabalhista, reclamante e paradigma estejam trabalhando para a mesma empresa e exercendo a mesma função.

Questão 77

A respeito da rescisão do contrato de trabalho, assinale a opção correta.

- A A extinção do contrato de trabalho poderá ser realizada mediante acordo entre empregado e empregador, sendo devido o pagamento das verbas rescisórias pela metade.
- B O alcoolismo é uma causa autorizadora da dispensa por justa causa, devendo a empresa comprovar a situação de embriaguez para justificar a aplicação da justa causa.
- C Empregado que, contratado por prazo determinado, sofrer acidente do trabalho poderá ter o seu contrato rescindido, já que a estabilidade por acidente do trabalho não se aplica aos contratos por prazo determinado.
- D Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, o empregado terá direito ao recebimento de 50% do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.
- E O abandono de emprego não pode ser presumido, devendo a empresa comprovar a convocação do empregado ao retorno do trabalho e o descumprimento da convocação pelo empregado.

Questão 78

Assinale a opção correta a respeito da comissão de conciliação prévia (CCP).

- A O empregado que estiver convocado para atuar em CCP terá seu contrato de trabalho suspenso com a empresa até que cesse a convocação.
- B A CCP constitui meio legítimo, mas não obrigatório, de solução de conflitos trabalhistas.
- C Os demandantes, perante a CCP, deverão estar necessariamente acompanhados de advogados.
- D O termo firmado em CCP possui eficácia liberatória geral, dando quitação a todas as verbas trabalhistas oriundas do contrato de trabalho.
- E Uma vez que a CCP não é um órgão da justiça do trabalho, os termos e acordos por ela firmados não são considerados títulos executivos, mas apenas diretrizes básicas.

Questão 79

A respeito do direito coletivo do trabalho e do direito de greve, assinale a opção correta.

- A A greve considerada abusiva não gera qualquer vantagem ou garantia a seus partícipes.
- B A empresa não está obrigada a dar acesso a dirigentes sindicais às suas dependências, sendo assegurado, contudo, o acesso às partes externas ou contíguas da empresa.
- C O acordo coletivo celebrado extrajudicialmente deve ser homologado na justiça do trabalho para que tenha efeitos.
- D Decisão judicial poderá definir uma categoria como diferenciada.
- E A greve pode ser declarada abusiva pelo Ministério do Trabalho, se não assegurar o atendimento aos serviços elencados na lei como essenciais.

Questão 80

Assinale a opção correta a respeito do direito a férias e da duração destas.

- A A extinção do contrato de trabalho sujeita o empregador ao pagamento das férias, desde que completo o período aquisitivo de doze meses.
- B As faltas ao serviço serão descontadas para o cálculo do período de férias.
- C A gratificação semestral repercute no cálculo das férias.
- D O início das férias, individuais ou coletivas, não pode coincidir com dias considerados como feriados.
- E A comunicação, pelo empregador ao empregado, do período de gozo de férias pode ser modificada por necessidade do trabalho, sem que a empresa tenha de pagar por qualquer tipo de indenização ao empregado.

Questão 81

Segundo o TST, o *jus postulandi* das partes, estabelecido na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), limita-se às varas do trabalho e

- A à ação cautelar no TRT.
- B aos TRT, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do TST.
- C ao mandado de segurança no TRT.
- D ao mandado de segurança, além de à ação rescisória no TRT e no TST.
- E não alcança a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do TRT e do TST.

Questão 82

Contra decisão de TRT em mandado de segurança, cabe à fazenda pública interpor recurso

- A de revista, no prazo de 8 dias, dirigido ao TST.
- B de revista, no prazo de 16 dias, dirigido ao TST.
- C ordinário, no prazo de 8 dias, dirigido ao TST.
- D ordinário, no prazo de 8 dias, dirigido ao pleno do respectivo TRT.
- E ordinário, no prazo de 16 dias, dirigido ao TST.

Questão 83

Segundo a jurisprudência do TST, contra pessoa jurídica de direito público que mantenha empregados celetistas

- A não cabe dissídio coletivo.
- B cabe dissídio coletivo de forma geral.
- C cabe dissídio coletivo exclusivamente para a apreciação de cláusulas de natureza econômica.
- D cabe dissídio coletivo exclusivamente para a apreciação de cláusulas de natureza social.
- E cabe dissídio coletivo exclusivamente para a apreciação de cláusulas de natureza sindical.

Questão 84

O procedimento sumaríssimo no processo do trabalho envolve os dissídios individuais cujo valor não exceda a

- A sessenta vezes o salário mínimo vigente, não podendo deles fazer parte a administração pública direta.
- B trinta vezes o salário mínimo vigente, podendo deles fazer parte a administração pública direta.
- C quarenta vezes o salário mínimo vigente, podendo deles fazer parte a administração pública direta.
- D quarenta vezes o salário mínimo vigente, não podendo deles fazer parte a administração pública direta.
- E sessenta vezes o salário mínimo vigente, podendo deles fazer parte a administração pública direta.

Questão 85

Segundo entendimento sumulado do TST, a ação trabalhista

- A suspende a prescrição em relação aos pedidos, sejam eles idênticos ou não.
- B suspende a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos, ainda que a ação seja arquivada.
- C não suspende nem interrompe a prescrição, porquanto as regras de suspensão e interrupção só se aplicam à decadência.
- D interrompe a prescrição em relação aos pedidos, sejam eles idênticos ou não.
- E interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos, ainda que a ação seja arquivada.

Questão 86

Considerando a jurisprudência do TST acerca dos honorários dos advogados no processo do trabalho, julgue os seguintes itens.

- I Na justiça do trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios não decorre pura e simplesmente da sucumbência.
- II Os honorários são devidos também nas ações contra a fazenda pública.
- III No processo trabalhista, é cabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em ação rescisória.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 87

No rito ordinário de uma ação trabalhista normal, cada uma das partes

- A só poderá indicar duas testemunhas, que comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.
- B não poderá indicar mais de três testemunhas, que comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.
- C poderá indicar até cinco testemunhas, que comparecerão à audiência de instrução e julgamento após a devida intimação.
- D poderá indicar até dez testemunhas, que comparecerão à audiência de instrução e julgamento após a devida intimação.
- E não poderá indicar mais de seis testemunhas, que comparecerão à audiência de instrução e julgamento após a devida intimação.

Questão 88

No processo do trabalho, contra o despacho que não receber agravo de petição

- A não caberá recurso.
- B caberá agravo regimental.
- C caberá recurso de revista.
- D caberá agravo de instrumento.
- E caberá recurso ordinário.

Questão 89

Em relação à jurisprudência do TST acerca do mandado de segurança no processo do trabalho, julgue os seguintes itens.

- I Não cabe mandado de segurança para impugnar despacho que tenha indeferido liminar em outro mandado de segurança.
- II A tutela provisória concedida na sentença comporta impugnação pela via do mandado de segurança.
- III Ao TST não compete apreciar, originariamente, mandado de segurança impetrado contra decisão de TRT.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 90

De acordo com a jurisprudência do TST pertinente à ação rescisória no processo do trabalho,

- I a decisão proferida em agravo de petição que apenas declare preclusa a oportunidade de impugnação da sentença de liquidação não é rescindível, em virtude de produzir tão somente coisa julgada formal.
- II a procuração outorgada com poderes específicos para o ajuizamento de reclamação trabalhista autoriza a propositura de ação rescisória.
- III se for constatada em ação rescisória a ocorrência de colusão entre as partes em acordo trabalhista, o juízo deverá declarar a nulidade de decisão homologatória e aplicar multa por litigância de má-fé.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 91

As diretrizes que expressamente instruem a Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais (PNPSA) incluem

- Ⓐ a adequação dos parques industriais e imóveis comerciais à legislação ambiental e a publicidade, transparência e controle fiscal nas relações entre o pagador e o provedor dos serviços ambientais prestados.
- Ⓑ a complementaridade e a coordenação entre programas e projetos de pagamentos por serviços ambientais implantados pelos entes federativos, pela iniciativa privada e por outras organizações não governamentais que atuem como organizadores, financiadores e gestores de projetos de pagamento por serviços ambientais, paralelamente ao setor público, como indutores de ações econômico-solidárias.
- Ⓒ o atendimento aos princípios do provedor-recebedor e do poluidor-pagador e a tributação da manutenção, da recuperação e da melhoria dos serviços ecossistêmicos que contribuam para a qualidade de vida da população.
- Ⓓ a complementaridade do pagamento por serviços ambientais em relação aos instrumentos de comando e controle pertinentes à conservação do meio ambiente, bem como a coordenação das políticas de meio ambiente, especialmente nos planos de privatização dos recursos hídricos e edáficos.
- Ⓔ o aprimoramento dos métodos de monitoramento, de verificação, de avaliação e de certificação dos serviços ambientais prestados e o resguardo da proporcionalidade no pagamento por serviços ambientais prestados.

Questão 92

De acordo com a PNPSA, as modalidades de serviços ecossistêmicos abrangem os serviços

- I de provisão.
- II culturais.
- III de suporte.
- IV *on demand*.
- V de regulação.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e IV.
- Ⓑ II e V.
- Ⓒ I, III e IV.
- Ⓓ II, III e IV.
- Ⓔ I, II, III e V.

Questão 93

A lei que instituiu a PNPSA prevê, expressamente, que deverão integrar-se a ela

- Ⓐ a Política Nacional do Meio Ambiente e a Política Nacional da Biodiversidade.
- Ⓑ a Política Agrária, a Política de Substituição de Ativos Ambientais e a Política Nacional Sobre Mudança Climática.
- Ⓒ a Política Nacional de Educação Ambiental e o Fundo Nacional para a Defesa da Amazônia Azul.
- Ⓓ a Política Nacional de Proteção ao Patrimônio Genético Brasileiro e as normas internacionais de defesa dos direitos humanos.
- Ⓔ a Política Energética e a Política de Proteção aos Povos das Florestas.

Questão 94

Conforme a Lei n.º 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, assegura-se aos usuários de serviços públicos de saneamento básico, entre outros direitos,

- Ⓐ o amplo acesso à cota social de consumo hídrico para a erradicação da pobreza.
- Ⓑ a defesa prévia no processo penal sobre apropriação de nascentes e aquíferos.
- Ⓒ o acesso a tecnologia subsidiada para a construção de reservatórios de uso coletivo.
- Ⓓ o acesso a manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário.
- Ⓔ o acesso a relatório plurianual sobre a qualidade da prestação dos serviços.

Questão 95

Além das cláusulas essenciais previstas na legislação pertinente, os contratos relativos à prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão conter, expressamente, cláusula pertinente a

- Ⓐ metas de expansão dos serviços, de redução de perdas na distribuição de água tratada, de qualidade na prestação dos serviços, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, do reúso de efluentes sanitários e do aproveitamento de águas de chuva, em conformidade com os serviços a serem prestados.
- Ⓑ medidas de contenção do consumo para fins eminentemente recreativos e programas de educação ambiental focados no uso responsável dos recursos hídricos envolvidos no esgotamento sanitário.
- Ⓒ possíveis fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias, derivadas do reúso de águas de efluentes sanitários para a dessedentação humana, bem como as provenientes de projetos associados, incluindo-se, entre outras, a alienação e o uso de efluentes industriais para a produção de água de reúso visando a irrigação das lavouras.
- Ⓓ metodologia de cálculo de eventual indenização relativa aos bens reversíveis não amortizados por ocasião da extinção do contrato de manutenção da potabilidade reversa dos aparelhos sanitários.
- Ⓔ repartição de riscos entre as partes, incluídos os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária, desde que contidos na cláusula compromissória e apreciados positivamente pelo juízo arbitral.

Questão 96

De acordo com a Resolução n.º 16/2001 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), as informações que devem constar do ato administrativo de outorga de direito de uso de recursos hídricos incluem

- I a identificação do outorgado.
- II a localização geográfica e hidrográfica, a quantidade e a finalidade a que se destinem as águas.
- III o laudo pericial em que se demonstrem a condição de hipossuficiência do outorgado e o seu cadastro no sistema único de abastecimento de água potável.
- IV as situações ou circunstâncias em que poderá ocorrer a suspensão da outorga.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens I, II e III estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 97

Entre os princípios que regem a Política Nacional de Resíduos Sólidos inclui-se o do(a)

- I prevenção.
- II precaução.
- III poluidor-pagador.
- IV provedor-recebedor.
- V visão sistêmica na gestão dos resíduos sólidos.

Estão certos apenas os itens

- A I e IV.
- B III e IV.
- C I, III e V.
- D I, II, III e V.
- E II, III, IV e V.

Questão 98

Os instrumentos expressos da Política Nacional de Resíduos Sólidos incluem

- A o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico, os conselhos de meio ambiente, os órgãos colegiados dos municípios com mais de 50 mil habitantes e das empresas consorciadas que atuam no controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos.
- B os planos de resíduos sólidos sedimentados, os inventários e o sistema declaratório anual do ciclo de reciclagem, com a identificação das etapas e os percentuais de não conformidades identificados em segmentos uniformes.
- C o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e o cadastramento obrigatório das cooperativas responsáveis pelo reúso do lixo hospitalar e radioativo no consumo das famílias.
- D o monitoramento e a fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária, assim como a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos.
- E o Fundo Nacional do Meio Ambiente e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o Sistema Nacional de Triagem das Importações de Resíduos Sólidos.

Questão 99

No exercício da competência comum relativa à proteção das paisagens naturais notáveis e do meio ambiente, à preservação da fauna e da flora e ao combate à poluição em qualquer de suas formas, os entes federativos podem valer-se, entre outros, de instrumentos de cooperação institucional como

- A delegação de atribuições de um ente federativo a outro, intervenção federal e demarcação de divisas entre os estados federados.
- B delegação da execução de ações administrativas de um ente federativo a outro, respeitados os requisitos previstos nas parcerias público-privadas celebradas entre o Conselho Nacional do Meio Ambiente e o comitê gestor da bacia a que pertença a área sob tutela.
- C fundos públicos e privados, desapropriações, confisco de produtos de crime ambiental e outros instrumentos econômicos.
- D Comissão Tripartite Nacional, Comissões Tripartites Estaduais, Comissão Interministerial Mista dos Territórios e Comissão Bipartite do Distrito Federal.
- E consórcios públicos, nos termos da legislação em vigor, e convênios, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos similares com órgãos e entidades do poder público.

Questão 100

Na gestão das florestas públicas, são cláusulas essenciais do contrato de concessão as que digam respeito

- A às ações voltadas à relocação das comunidades tradicionais locais assumidas pelo concessionário e às medidas necessárias a sua subsistência no meio urbano, bem como às penalidades contratuais e administrativas a que se sujeitará o concessionário e à forma de aplicação destas.
- B aos critérios máximos e mínimos de aproveitamento dos recursos florestais, às ações de melhoria e recuperação ambiental na área da concessão e seu entorno assumidas pelo concessionário e aos preços e aos critérios e procedimentos para a exportação dos ativos florestais, faunísticos e genéticos da biodiversidade local.
- C ao objeto, com a descrição dos produtos e dos serviços a serem explorados e da unidade de manejo, ao prazo da concessão e ao modo, à forma, às condições e aos prazos da realização das auditorias florestais e dos leilões de recursos edáficos de alto rendimento econômico.
- D ao modo, à forma e às condições de exploração de serviços e prática do manejo agroflorestal das áreas produtivas inseridas nas unidades de proteção integral, bem como aos critérios, aos indicadores, às fórmulas e aos parâmetros definidores da qualidade do meio ambiente.
- E à obrigatoriedade, à forma e à periodicidade da prestação de contas do concessionário ao poder concedente, aos critérios de bonificação para o concessionário que atingir melhores índices de desempenho socioambiental que os previstos no contrato e ao foro e ao modo amigável de solução das divergências contratuais.

Espaço livre